## Marcelo Augusto Santana de Melo

# Teoria geral do REGISTRO de IMÓVEIS ESTRUTURA E FUNÇÃO



2023





Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo Tel: (11) 3582.5757

· Contato: https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento

Copyright: Edições JusPODIVM

Capa: Maitê Coelho

Diagramação: Marcelo S, Brandão (santibrando@gmail.com)

A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 2.ª edição.

### M528t

Melo, Marcelo Augusto Santana de

Teoria Geral do Registro de Imóveis - Estrutura e Função / Marcelo Augusto Santana de Melo - 2.ed., rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2023.

288 p.

Inclui Bibliografia ISBN: 978-85-442-4478-4

- 1. Direito Notarial e Registral. 2. Registro de Imóveis
- I. Melo, Marcelo Augusto Santana de. II. Título

CDD 341.411

### **BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL**

Ana Carolina Ribeiro Mois -- CRB7 -- RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições Jus PODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

2.ª ed., 2.ª tir.: jul./2023.

# **SUMÁRIO**

Ag	radeci	mentos	7			
Аp	resent	ação	9			
No	tas do	autor	11			
Lis	ta de s	iglas	15			
1.	1. Introdução					
2.	Os princípios da aparência e da confiança					
	2.1.	Luhmann e a confiança	29			
3.	Boa-f	Boa-fé subjetiva e objetiva				
4.	A segurança jurídica					
5.	Negócio jurídico. Contrato. Compra e venda					
	5.1.	Teoria Geral dos Contratos e o Registro de Imóveis	49			
	5.2.	Compra e venda	52			
6.	Prop	riedade imobiliária e o registro de imóveis (função so-				
	cial)		55			
	6.1.	Propriedade imobiliária e sua função social	55			
	6.2.	Função social da propriedade	57			
		6.2.1. O declínio da noção unitária de propriedade	64			
	6.3.	Registro de Imóveis	66			
		6.3.1. O diálogo das fontes e o Registro de Imóveis	70			
	6.4.	O Oficial de Registro de Imóveis	72			
	6.5.	A tecnologia e o Registro de Imóveis	77			

ç <b>ão</b> )	•••••	
7.1.	Fontes	históricas
	7.1.1.	Transferência da propriedade imobiliária no Egito
	7.1.2.	Transmissão da propriedade imobiliária na Grécia
	7.1.3.	Transmissão da propriedade imobiliária no direito romano
7.2.	Feudal	ismo
7.3.	Sistem	a alemão (Inscrição)
	7.3.1.	Gewere
	7.3.2.	Publicidade registral na Alemanha
7.4.	Sistem	a espanhol (Inscrição)
7.5.	Sistem	a francês (Consensualismo)
7.6.	Sistem	a português (Consensualismo)
7.7.	O sistema de transmissão da propriedade imobiliria no Brasil (das Ordenações até o Código Civil 1916)	
	7.7.1.	Do descobrimento à República Velha
	7.7.2.	Código Civil de 1916
Códi	go Civil	de 2002 (Direito Registral Material)
8.1.	O extr	ato eletrônico e o sistema registral brasileiro
8.2.	Public	idade registral
	8.2.1.	A certidão como forma de exteriorização da publicidade do registro
	8.2.2.	Publicidade registral e o direito à proteção dos dados pessoais
	8.2.3.	Publicidade e clandestinidade, sagrado e pro fano
8.3.	Princí	pio da legitimação

	8.5.	3.5. Princípio da inoponibilidade				
	8.6.	Princípio	da prioridade	154		
	8.7.	Princípio	da inatacabilidade. Registro Torrens	157		
9.	O regi	stro. Lei n	6.015/1973 (Direito registral formal)	169		
	9.1.	Princípio da legalidade ou qualificação registral				
		9.1.1. N	atureza jurídica	173		
		9.1.2. Fi	undamento e efeitos da qualificação	182		
			recurso ou irresignação em face da qualifi- ição negativa	180		
		9.1.4. O	s limites da qualificação registral	188		
	9.2.	-	rincípios registrários que conferem caractesistema registral brasileiro	19		
			rincípio da continuidade ou trato sucessivo			
		9.2.2. Pr	rincípio da disponibilidade	190		
		9.2.3. P	rincípio da instância ou solicitação	190		
		9.2.4. P	rincípio da especialidade ou determinação	19		
		9.2.5. C	indibilidade do título	20		
10.			ficácia do contrato e sua relação com o re-	20:		
	_					
	10.1.		dade	209		
	10.2.		negócio jurídico nulo e anulável	210		
	10.3.	,		21		
	10.4.		do registro em decorrência de invalidade do ausal	210		
	10.5.	lação e ev	ação estatística das ações de nulidade, anu- ricção do Tribunal de Justiça do Estado de	22		
	10.6.		do registro em decorrência de vício formal-	22		
	10.7.		processual e sua comunicação com o Regis- óveis	22:		

	10.7.1. Fraude contra credores. Fraude de execução. Súmula 375 do STJ. Boa-Fé e Registro. Penho-						
		224					
	10.7.1.2. Súmula 375 do Superior Tribunal de Justiça	230					
10.8.	Averbação cautelar de distribuições de ações (Art. 828 do Código de Processo Civil de 2015)	234					
10.9.	Boa-fé objetiva e registro. Oponibilidade. Publicidade de ações no Registro de Imóveis. Efeito da concentra-						
	,	239					
	, .	239					
		241					
10.10.	Boa-fé objetiva, inoponibilidade e registro	243					
10.11.	Averbação cautelar de proposituras de ações judiciais no Registro de Imóveis. Regime jurídico da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015	247					
10.12.	Efeito da concentração	249					
10.13.	Usucapião tabular. Nulidade registral mitigada. § 5° do Art. 214 da Lei nº 6.015/1973. Proteção à aquisição a non domino (usucapião)	255					
10.14.	A aquisição a non domino	259					
10.15.	Evicção	263					
10.16.	Indisponibilidade de bens e direitos	266					
	ividade do direito. Registro de imóveis (da estrutura ção)	269					
•	iderações Finais	273					
Referências							